

O FUTURO POLÍTICO DA EUROPA

Uma fonte de ódios inextinguíveis: algumas conclusões sobre a intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial

Filipe Ribeiro de Meneses

Historiador, National University of Ireland, Maynooth

As conclusões sobre a experiência portuguesa da Primeira Guerra são o produto da ainda limitada historiografia da Primeira República. Tais conclusões têm como pano de fundo uma investigação condicionada pela atitude do Estado Novo para com a República e, posteriormente, pelo interesse recente no Estado Novo, muito superior ao interesse dedicado por historiadores portugueses e estrangeiros à República. Assim, há ainda muito trabalho por fazer ou dados por reunir: em termos gerais, são necessárias uma história económica, social e cultural da República; em termos mais restritos, a historiografia da Primeira República beneficiaria de, por exemplo, uma história do Partido Republicano Português – detalhando as suas estruturas, ramificações sociais, ideologias e, claro, cisões; de uma história da Igreja Católica no Portugal de 1910 a 1926; de biografias dos dirigentes republicanos e dos seus adversários. Como tal, qualquer artigo que ouse extrair conclusões sobre a República tem necessariamente de advertir os seus leitores de que muito há ainda por fazer, e que as conclusões nele contidas são meramente provisórias – talvez mais do que as normalmente obtidas pela pesquisa histórica.

Tomando em conta este factor, podemos afirmar, com a devida cautela, que a experiência da guerra foi o ponto determinante da história da Primeira República em Portugal. O fracasso a todos os níveis da participação portuguesa no conflito mundial desacreditou a liderança republicana, estilhaçando qualquer consenso existente até 1914 sobre a natureza ideal da República, e dividiu essa liderança de forma a tornar impossível até a colaboração necessária para salvar o regime no pós-guerra. Moura Pinto, deputado Unionista, afirmou, durante as sessões secretas da Câmara dos Deputados em Julho de 1917: «O mistério da nossa intervenção na guerra europeia e a misteriosa forma de a efectivarmos, mantendo-se o País na ignorância da marcha das negociações e na mais absoluta ignorância dos seus destinos, provocou a mais pavorosa das confusões que a História nacional regista e foi a única fonte de ódios que não mais se extinguirão dentro da actual geração, complicando talvez irremediavelmente o problema político do regime»¹. Esta visão apocalíptica do futuro da República veio a revelar-se profética. O Partido Democrático saiu da guerra enfraquecido: os seus militantes não tinham querido defender o regime em Dezembro de 1917, quando Sidónio Pais e algumas centenas de soldados e cadetes se apoderaram do poder, e não tinham sido capazes de derrubar pela força o regime sidonista; Afonso Costa, o líder histórico do partido, capaz de o manter unido, e principal defensor da política intervencionista, foi contestado durante a guerra pelos seus correligionários como nunca antes e escolheu distanciar-se da vida partidária e política². Os Evolucionistas de António José de Almeida, para quem a experiência da União Sagrada (na realidade uma simples aliança com os Democráticos) foi traumática, sofreram uma cisão depois da revolta falhada de Machado Santos em Dezembro de 1916, transitando alguns dos seus membros primeiro para o «bloco parlamentar» liderado pelos

Unionistas, depois para o Partido Centrista de Egas Moniz, e daí para o Partido Nacional Republicano de Sidónio Pais. Os Unionistas, por seu turno, firmes na oposição à intervenção de Portugal na guerra e por isso constantemente alvejados pelo Partido Democrático e pela imprensa que lhe era fiel, sofreram uma crise de identidade durante o regime sidonista. Nenhuma formação republicana – nem o minúsculo Partido Socialista Português – beneficiou com a guerra³.

Havia, a partir de 1914, opções à entrada de Portugal na guerra europeia? Poderia a neutralidade, ou uma beligerância limitada, oferecer alguns benefícios a Portugal? Oitenta e cinco anos passaram já sobre os acontecimentos de Sarajevo que deram início à guerra, e em Portugal tais questões continuam a ser debatidas com fervor. Porém, a forma como a intervenção portuguesa foi explorada pelo Estado Novo para se autolegitimar não pode ser aproveitada pelos que neste debate defendem a opção intervencionista; afirmar o valor da ideia de que Portugal não deveria participar a fundo na guerra, e defender também os que tentaram travar, pelo uso da razão, tal participação, não implica um posicionamento ideológico de apoio a Salazar e a consequente rejeição dos princípios apregoados pelos republicanos. A defesa da neutralidade portuguesa (ou de uma intervenção militar em África para assegurar a soberania portuguesa das colónias) a partir de 1914 não foi um projecto cego aos interesses nacionais, por muito que Afonso Costa e João Chagas se ofendessem. As vantagens de tal posição seriam sentidas acima de tudo na vida económica do país. A experiência espanhola poderia ser reproduzida em Portugal; num ambiente único, fruto da completa falta de competição estrangeira, todos os sectores económicos poderiam ter-se desenvolvido. Tal visão do progresso material de Portugal era partilhada pelos numerosos grupos que defendiam a necessidade de preparar não a guerra mas sim a paz, permitindo a Portugal assumir um papel mais influente na economia global uma vez terminado o conflito. Para os intervencionistas, a guerra era necessária para salvar o regime e para aumentar o prestígio internacional do país. Para os seus rivais, tal prestígio não podia ser conquistado por posturas quixotescas e perigosas mas sim por um desenvolvimento da força económica do país que seria impossível de realizar se Portugal tivesse de hipotecar o seu futuro para poder enviar uma força militar para França. Um Corpo Expedicionário Português (cep) em França, embora representasse um enorme sacrifício para o país, não constituiria de facto mais do que uma fracção mínima das forças aliadas.

Como foi demonstrado recentemente⁴, a entrada de Portugal na guerra era encarada pelas forças intervencionistas como uma oportunidade única para reforçar o jovem e frágil regime republicano. A guerra serviria não só de choque modernizador para o país como também demonstraria a eficácia do novo regime enquanto canalizador das energias nacionais; por outras palavras, o esforço comum dos portugueses e os feitos por eles realizados perante um inimigo descrito como brutal e reaccionário serviria para selar definitivamente a relação entre portugueses e o novo regime, regime esse cujos princípios eram guiados pelo tríptico liberdade, igualdade, fraternidade. Bernardino Machado, Presidente da República, escreveu, justificando a intervenção portuguesa: «Cumpre-nos, sob a pena de nos exautorarmos, a indeclinável missão de pleitear sempre na vanguarda da civilização humanista, que fomos os primeiros a levar soberanamente a todo o mundo, por mares nunca dantes navegados. E esta civilização chama-se hoje democracia. É o lema que vai inscrito, em letras da mais sanguínea esperança, na bandeira confiada à honra do nosso briosíssimo exército. Batendo-nos por ela, batemo-nos por nós mesmos,

pela nossa estirpe, pela nossa linhagem, pelo nosso passado e pelo nosso porvir [...]»⁵. Nenhum dos ideais do tríptico republicano saiu reforçado pela guerra. A liberdade é, naturalmente, difícil de assegurar em tempo de guerra, quando a informação e a actividade política em geral têm de ser cuidadosamente vigiadas. A imprensa foi censurada com o intuito inicial de não permitir que informações de interesse militar pudessem chegar a olhos a soldo da Alemanha, ou de permitir a publicação de artigos derrotistas⁶: mas essa censura cedo revelou um cariz acentuadamente político assente numa lógica errada; se a União Sagrada era a união política de todos os portugueses (o que de facto não era), então estar contra a União Sagrada era estar contra Portugal, e criticar a política intervencionista era prejudicar deliberadamente os interesses nacionais. Jornais de todo o espectro político – desde sindicalistas até monárquicos – foram assim alvos de uma censura cada vez mais arbitrária, as suas colunas aparecendo em branco quando ousavam criticar o Governo. Uma das primeiras medidas de Sidónio Pais foi a abolição da censura prévia que, porém, viria a ser restabelecida ainda sob a sua presidência. Para manter a ordem e punir desertores na frente de combate, a Constituição e as leis da República foram alteradas, sendo essas alterações interpretadas pela oposição como um atentado à liberdade e, como tal, um retrocesso no evoluir do país. Assim, a reintrodução da pena de morte, em Agosto de 1916, e, após a revolta de Machado Santos, a lei que permitiu a prisão dos revoltosos militares sem que os respectivos processos judiciais fossem iniciados (já que um julgamento poderia criar um maior interesse em redor das teses por eles defendidas), foram descritas como um atentado ao espírito da República. Esta última lei, que afastava o Governo ainda mais do credo republicano, provocou uma ruptura no seio do Partido Evolucionista e levou à criação de um Bloco Parlamentar composto por Unionistas e Evolucionistas dissidentes. Em 1916 as eleições locais foram adiadas pelo Governo, num gesto aplaudido pelos seus apoiantes mas descrito como um atentado à legalidade pelas várias oposições⁷. Para Brito Camacho, o adiamento das eleições era uma manobra antidemocrática que visava apenas a manutenção de estabilidade dentro do Governo, não permitindo demonstrações abertas de hostilidade mútua entre apoiantes dos partidos Democrático e Evolucionista⁸. Segundo o diário monárquico *O Dia* o Governo tinha agido daquela forma pois receava uma derrota eleitoral histórica já que, pela primeira vez desde 1910, os monárquicos, aliados a outras forças conservadoras, davam indícios de querer concorrer às juntas de freguesia e às câmaras municipais. O cancelamento das eleições tinha por isso sido um triunfo para a causa monárquica, demonstrando a todos que a República se tornara incompatível com um sufrágio livre e verdadeiro⁹. Daeschner, ministro francês em Lisboa, concordou com a análise monárquica dos acontecimentos: a presença de submarinos alemães ao largo de Portugal nada tinha a ver com o caso. Segundo o diplomata francês, o ministro do Interior – um evolucionista – não permitiria irregularidades eleitorais, e nesse caso os republicanos perderiam muitas câmaras, pelo que as eleições tinham sido adiadas¹⁰. A mobilização forçada dos funcionários dos Correios e Telégrafos, aquando da greve de Setembro de 1917, que determinou a passagem dos grevistas a desertores, foi o ponto mais importante de todo este processo. O espectáculo de centenas de trabalhadores presos a bordo de navios no Tejo apenas por estarem em greve – não como um protesto contra a guerra mas apenas por motivos salariais, sendo ainda ameaçados com uma ida forçada para a frente de batalha – uniu contra o Governo toda a opinião pública¹¹. A maioria dos jornais lisboetas, por exemplo, boicotou as notas oficiais do Governo, publicando

apenas as da União Operária Nacional (uon). Por fim, podemos incluir os ataques às liberdades religiosas: a guerra marcou uma nova fase nas hostilidades entre o Estado e a Igreja Católica (apesar da boa vontade inicialmente demonstrada pela Igreja em Março de 1916), fase essa iniciada pelas restrições à participação no executivo da União Sagrada, que se consolidou através das dificuldades criadas pelo Governo à inclusão de capelães no cep, e que culminou nas expulsões do Bispo do Porto e do Cardeal Patriarca, no Verão de 1917, por agravos – mínimos – à lei da separação entre Estado e Igreja. As palavras do ministro da Justiça, Alexandre Braga, na Câmara dos Deputados, a 8 de Agosto, são o reflexo da atitude do Partido Democrático para com a Igreja, a quem foi negada a possibilidade de intervir efectivamente na mobilização popular para o conflito¹². A reacção popular à notícia das aparições em Fátima, e o cariz pacifista da mensagem divulgada pelas três crianças¹³, mostra até que ponto foi errada a decisão de confrontar a Igreja durante a guerra, em vez de procurar o seu apoio enquanto força capaz de mobilizar uma sociedade rural, conservadora, e hostil aos desígnios republicanos.

Se o estado de guerra não é propício à acção política dominada pelo ideal da liberdade, é, porém, o campo perfeito para tornar visíveis os ideais de igualdade e fraternidade – e foi aqui que os dirigentes republicanos falharam. Não houve reformas políticas tais como a prometida revisão da lei eleitoral, que concederia o voto à totalidade da população masculina adulta, envolvendo assim a totalidade desse grupo – e não só a minoria alfabetizada – na vida política da nação; não foram cobrados impostos especiais sobre os lucros de guerra; bens essenciais não foram racionados; apesar de inúmeras medidas legislativas o mercado negro continuou a existir: pão branco de óptima qualidade foi sempre produzido e vendido a preços exorbitantes, enquanto a maioria da população urbana era forçada a comer um pão de mistura cuja qualidade se deteriorou ao longo da guerra. Produtores, vendedores e consumidores, apesar de interesses claramente contraditórios, encontravam em 1917 motivos de queixa contra os Governos da União Sagrada no que dizia respeito à questão das subsistências. Em Outubro de 1916 O Século lançou uma campanha contra a corrupção na indústria da moagem. Segundo aquele jornal, apenas a farinha para o pão branco, mais rentável, estava a ser produzida pela moagem, o que impedia a legislação sobre a manufactura de pão de vários tipos de ter qualquer efeito. Havia corrupção também na actuação da Manutenção Militar, pois esta vendia parte do cereal que tinha requisitado a certas empresas particulares; esta acusação foi mais tarde confirmada pelo Governo¹⁴. Daeschner confirmava as acusações de corrupção, afirmando, após os confrontos de Maio de 1917 na capital, que embora pão branco fosse facilmente encontrado fora de Lisboa, «la population de Lisbonne, depuis plusieurs mois déjà, est reduite à un produit qui souvent n'a du pain que le nom»¹⁵. Daeschner denunciou a fraude constante nas padarias e a impunidade dos padeiros, que subornavam polícias, cujo poder de compra era cada vez menor, enviados para investigar o que se passava¹⁶. O Governo, incapaz de agir decisivamente contra comerciantes que constituíam uma fonte natural de apoio para o Partido Democrático, legislou furiosamente, fazendo aprovar um novo decreto sobre preços e tipos de pão, sem porém atingir o efeito desejado. Segundo O Século, uma catástrofe iria abater-se sobre Portugal antes de 1917 terminar: «Estamos vivendo de uns restos de trigo nacional, que darão para algumas semanas apenas. E depois é a fome. A fome sem remissão nem agravo. Ou antes, a fome na sua fase definitiva, porque fome já aí há por todos os cantos. Esses mesmos restos de trigo com que nos alimentamos ainda são obtidos pelo Governo com

grande esforço, pois que os lavradores sonégam o cereal e as autoridades locais não têm força ou disposição para exigir o cumprimento da lei»¹⁷. Não se fez a tentativa de mostrar que a República significava igualdade de sacrifício em tempo de crise, e a importância deste fracasso pode ser medida pelas tentativas feitas por alguns opositores da intervenção portuguesa para demonstrar que até os dirigentes republicanos e seus familiares que serviam em França faziam-no pelos motivos errados: para lucrar com a guerra, passar férias em Paris com carro e chauffeur, etc.¹⁸ Nesta categoria pode-se incluir também a difícil relação entre os Governos da União Sagrada e a principal organização mobilizadora do esforço feminino para a guerra, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, dirigida pela incansável Ana de Castro Osório. A atitude dos Governos da União Sagrada ficou muito aquém das expectativas de Osório, já que a posição das mulheres na sociedade portuguesa da época em nada foi alterada: no seu livro *Em Tempos de Guerra*, Osório queixou-se da existência de um ciclo vicioso: as mulheres tardavam em aderir ao esforço de guerra, enquanto o Governo pouco fazia para as chamar¹⁹. Era a atitude das autoridades republicanas que Osório menos compreendia: era completamente contrária, por exemplo, à do Governo americano, que não hesitava em enviar os seus homens para a guerra e insistir num aumento da produção industrial: «É que atrás dos seus homens eles sabem que têm as suas mulheres capazes de trabalhar, senhoras da terra e da indústria, seres de energia, de nobreza e de força»²⁰. Em Portugal, porém, os apelos da Cruzada para um esforço no campo da educação feminina eram ignorados, e o Governo não agia de forma a sobrepor aos preconceitos existentes a necessidade de auxílio feminino²¹.

A fraternidade desapareceu por completo na rede de ódios e invejas cujo desenvolvimento acompanhou o agudizar da crise económica e social. A desconfiança entre o campo e a cidade aumentou; a necessidade de partilhar igualmente, enquanto durasse a guerra, os recursos da nação, nunca foi reconhecida e aceite com convicção; o grande e pequeno comércio foi visado como o responsável pelo agravamento das condições de vida. Foram inúmeros os casos de assaltos a carregamentos de produtos alimentícios antes que estes chegassem às cidades e a mercearias e armazéns após a chegada²². O administrador do município de Lamego pediu ajuda ao Governador Civil de Viseu, pois «pelos caminhos e estradas está-se tornando impossível o trânsito dos géneros, não só os produzidos no concelho como os dos concelhos vizinhos, pois, quer o trânsito se faça com autorização, quer não, populares aparecem nas estradas, assaltam todos esses géneros, tomam conta deles, distribuindo-os depois por preços baixíssimos»²³. O jornal sindicalista *A Greve* afirmou, em Agosto de 1917, que «não há dinheiro que chegue para saciar a ganância do comércio»²⁴, e este sentimento de que outros grupos sociais – camponeses, operários, comerciantes – eram os responsáveis pela crise que se sentia generalizou-se. Mesmo a solidariedade entre grupos favoráveis à política republicana se desmoronou, como ficou demonstrado pela greve dos trabalhadores dos Correios – uma corporação com importantes ligações republicanas. Os membros do terceiro Governo de Afonso Costa (Abril-Dezembro de 1917) nunca entenderam que a manutenção da paz social em Portugal era uma condição necessária para a obtenção de um sucesso militar no estrangeiro. A hostilidade do Governo à uon, inexplicável se tivermos em conta as preocupações daquela organização, aumentou ao ponto de englobar os trabalhadores dos Correios e Telégrafos, essencialmente funcionários públicos e não operários industriais, que não tinham aspirações

revolucionárias e que, em muitos casos, estavam intimamente ligados à causa republicana em Portugal. O Combate descreveu-os como sendo «homens que contribuíram mais do que ninguém para a implantação da República, e cujo crime foi simplesmente reclamarem a melhoria das suas condições económicas [...]»²⁵. Daeschner, explicando a greve aos seus superiores, falou da «l'importance du rôle que joue un grand nombre des fonctionnaires des postes dans les combinaisons de la politique intérieure du parti républicain»²⁶. A greve de Setembro de 1917 foi o ponto em que o Governo, cuja política intervencionista era impelida por uma lógica jacobina, se virou contra alguns dos seus mais importantes apoiantes, indispondo-se assim com o eleitorado lisboeta. O acordo final que resolveu a crise foi negociado através dos bons ofícios da Associação Comercial de Lisboa, outro bastião republicano.

Em termos políticos, a principal consequência da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial não foi, como esperavam os intervencionistas, a confirmação do modelo republicano como a solução ideal para todos os problemas que assolavam Portugal. Pelo contrário, a guerra levou directamente ao derrube do modelo republicano vigente desde 1910 enquanto a guerra ainda estava em curso. Sidónio Pais não foi a primeira figura assumidamente autoritária a chegar ao poder em Portugal durante o conflito europeu: o general Pimenta de Castro tinha já governado fora da legalidade (embora com importantes apoios, como os do Presidente Manuel Arriaga e do Partido Evolucionista) em 1915. Pimenta de Castro, porém, foi vencido pela força dos Democráticos na violenta jornada de 14 de Maio; Sidónio Pais resistiu aos Democráticos quando estes se insurgiram em Outubro de 1918 e, embora as suas tentativas de renovação da política portuguesa tenham quase sempre fracassado, inspirou uma geração de nacionalistas, que manteve acesa a sua memória durante a década que se seguiu ao assassinato do Presidente em Dezembro de 1918. Assim sendo, a guerra permitiu o acesso de uma direita autoritária ao poder, e a adopção – mesmo que fugaz e falhada – de novas fórmulas políticas que iriam, em poucos anos, transformar a vida política de várias nações europeias. Sidónio Pais falou em presidencialismo, em corporativismo, defendeu as vantagens de um partido único e transformou a sua aparência e o seu discurso de forma a conquistar um apoio verdadeiramente popular. No seu ano de mandato, percorrendo Portugal de ponta a ponta, descreveu a sua acção como a última esperança de um país à beira de um abismo cavado por anos de mau governo e por conflitos internos estéreis, travados por facções políticas incapazes de distinguir os verdadeiros interesses da nação. No Porto, em Janeiro de 1918, afirmou querer «juntar todos os portugueses para a salvação da Pátria»²⁷; no Campo Pequeno, após ter sido eleito Presidente da República, voltou à mesma ideia – «todas as classes sociais se encontram unidas desde o nobre ao mais plebeu, pulsando todos no mesmo sentimento pátrio, por terem reconhecido que era necessário salvar a nação»²⁸ –, outra vez repetida na inauguração de uma cozinha social na Penha de França: «Grandes e pequenos podem contribuir para a obra de ressurgimento nacional, sendo úteis à grande construção do edifício da Pátria»²⁹. Os homens que rodearam Sidónio Pais eram quase todos novos – os cadetes de Sidónio – talvez mais porque poucos políticos experientes acreditaram no seu projecto do que por opção do próprio Presidente; mas ao mesmo tempo tal situação permitiu a projecção de uma nova forma de governo, idealista, voluntariosa, e incorrupta. Sidónio Pais, no ideário nacionalista, lutou pela manutenção da ordem, travou o ímpeto dos sindicatos, restabeleceu boas relações com a Igreja e, acima de tudo, reformulou a participação

portuguesa na guerra: os soldados voltaram de França para Portugal, e deixaram de ser enviados para a frente ocidental.

Sidónio Pais e o Sidonismo foram minados pelas divisões entre republicanos conservadores e monárquicos, que não permitiram a continuação da experiência sidonista para lá do assassinato do Presidente. Essa divisão levou ao restabelecimento da República Velha, que, ao longo de sete anos, demonstrou ser incapaz de alargar a sua base de apoio, tornando-se um regime verdadeiramente democrático. Se considerarmos o que viria a suceder em Itália em 1922 e em Espanha em 1923, damo-nos conta de que, de certa forma, a República Portuguesa foi o primeiro de vários regimes superficialmente liberais a ceder perante o turbilhão da guerra, e que, devido à sua fragilidade, a queda da República ocorreu durante a própria guerra. O que teria acontecido se Sidónio Pais tivesse escapado às balas do seu assassino, tomando mais cuidado com a sua pessoa, e chegado a um entendimento com as recém-formadas juntas militares? Poderia o Sidonismo, que contava com importantes apoios domésticos e estrangeiros, ter sobrevivido ao fim da guerra, evoluindo numa de muitas possíveis direcções mas sem permitir o regresso da velha República? Encontrar uma resposta para tal pergunta é obviamente impossível: mas a hipótese não nos parece absurda. João Medina, no seu livro *Morte e transfiguração de Sidónio Pais* afirma categoricamente que a República Nova estava condenada após o armistício³⁰. Daeschner, após a morte de Sidónio Pais, era da mesma opinião: após um ano de poder absoluto, Sidónio Pais não tinha introduzido a dissolução presidencial do parlamento, não tinha criado novas fontes de rendimento para o Estado, e não tinha introduzido nenhuma reforma de peso: «[...] il est à craindre que, pour l'Histoire, celle-ci ne reste que comme une aventure dont M. Sidónio Pais paraissait symboliser lui même assez bien le caractère à la fois éphémère et brillant quand, comme Président nouvellement élu il galloperait le sabre en main dans les avenues de la capital à la tête d'un état major en désordre s'efforçant péniblement à le suivre»³¹. O tenente-coronel Bernard, Adido Militar francês, embora empregando uma linguagem menos poética que Daeschner, discordava do ministro: Sidónio Pais, graças à sua popularidade, «serait peut-être arrivé à faire des grandes choses». Para o militar francês, Sidónio Pais tinha já terminado a primeira fase da sua obra, a restauração da ordem, e tinha-a terminado com tanta energia que os Democráticos perdiam terreno com cada dia que passava – e o fim da guerra tinha-lhe conferido uma popularidade ainda maior³². A guerra, ao permitir a chegada ao poder de uma personalidade carismática e autoritária como o era sem dúvida Sidónio Pais, poderia muito bem ter-se revelado um erro fatal para a liderança republicana; e embora a República tenha sobrevivido, fê-lo, apesar do entusiasmo gerado por feitos tais como a tomada de Monsanto, num estado de grande debilidade. É difícil crer que uma política de estímulo à economia nacional entre 1914 e 1918 pudesse ter provocado tão imediatamente um resultado adverso para os destinos do regime.

A República saiu vencida da guerra, e vencidos saíram também os portugueses. Pouco se conseguiu em Versalhes, onde ao pequeno contributo das armas portuguesas para a vitória dos aliados se juntou a impressão criada pela sucessão de delegações diplomáticas, a primeira liderada por Egas Moniz e a segunda pelo próprio Afonso Costa. O protagonismo atribuído na Sociedade das Nações à Espanha, neutral, reaccionária e por isso, segundo a propaganda intervencionista portuguesa, votada a um isolamento hostil no pós-guerra, foi a última das derrotas sofridas pela diplomacia portuguesa no contexto da guerra, e talvez a mais difícil de aceitar. Porém, mais do que políticos e diplomatas, os

principais vencidos foram os que, contra ou pela sua vontade, combateram durante a guerra. Os que lutaram em África, onde a maioria das baixas portuguesas foi sofrida, não por acção alemã mas por doença, viram-se a braços com uma negligência criminoso. Para África foi o material de segunda categoria; para África, alegadamente, foram os homens de saúde mais frágil³³; e ao exército português em Moçambique foi exigida uma vitória fulgurante cuja demanda apressada levou ao desastre de Newala e, mais tarde, permitiu a entrada em Moçambique das tropas do general Von Lettow³⁴. As hipóteses de sobrevivência foram superiores para os soldados e oficiais que integraram o cep, uma vez que este foi colocado num sector calmo da frente ocidental e nunca participou numa ofensiva geral contra as forças alemãs. Segundo o jornal *A Guerra*, órgão da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 2278 portugueses morreram na frente ocidental: 73 oficiais, 107 sargentos, e 2108 cabos e soldados³⁵. Os que ainda estavam nas trincheiras a 9 de Abril de 1918, com o espírito minado pela falta de reforços e de material, tiveram, porém, de enfrentar um dos mais violentos e mortíferos ataques de toda a guerra, efectuado pelas recém-formadas tropas de choque alemãs, o fruto das reformas levadas a cabo pela dupla Hindenburg e Ludendorff. As memórias desse dia trágico ficaram para sempre na memória daqueles que lhe sobreviveram, e o 9 de Abril – e não o 11 de Novembro – tornou-se o ponto central das comemorações dos veteranos da Grande Guerra³⁶.

Não foram só as especificidades da guerra das trincheiras comum a todos os exércitos – a presença imediata do inimigo, o frio, a chuva, a lama, parasitas, roedores, etc. – que os soldados do cep tiveram de enfrentar. Nunca lhes foi concedida licença para voltar a Portugal, privilégio gozado por franceses e britânicos (embora não pelas tropas enviadas pelas partes mais distantes do império britânico, tais como a Austrália e a Nova Zelândia). Licenças eram, porém, concedidas aos oficiais, muitos dos quais não voltaram a França, aproveitando a mudança de clima político gerada pelo golpe sidonista para abandonar os soldados a uma sorte incerta³⁷. Em Março, por exemplo, o comandante do cep, general Tamagnini d'Abreu, pediu o envio imediato de nove capitães e 24 subalternos de Artilharia: «cinco estes oficiais tendo ido licença Portugal não voltaram vários pretextos usados grande número oficiais grande prejuízo serviço este corpo peça atenção S. Ex.^a Ministro Guerra [...]»³⁸. Pior ainda, do ponto de vista da eficiência do cep e do estado de espírito dos soldados que o integraram, foi a forma como as rivalidades políticas entre oficiais não desapareceram com a chegada a França. Segundo João Ferreira do Amaral, oficiais monárquicos e republicanos conspiravam constantemente uns contra os outros, servindo-se dos sargentos como espiões, e não cuidando devidamente dos soldados³⁹. Tais conflitos continuaram, segundo o mesmo oficial, após o golpe sidonista⁴⁰. E se até ao golpe sidonista o cep estava a encontrar sérias dificuldades em cumprir a sua missão, devido à irregularidade dos reforços e do reabastecimento, então após o 5 de Dezembro tudo piorou, tornando-se a frente portuguesa o ponto frágil nas linhas aliadas que os alemães inteligentemente explorariam em Abril de 1918. Escrevendo ao Ministério da Guerra em Janeiro de 1918, o general Tamagnini d'Abreu avisou que a força por ele comandada estava enfraquecida em termos de soldados e oficiais de todos os ramos. Segundo o general, «os batalhões chegaram aqui em geral com efectivos reduzidos e faltando-lhes muitos oficiais»⁴¹. Na mesma carta o comandante do cep ilustrou a dimensão do problema com que se deparava ao pedir nove mil homens para tapar os buracos na linha da frente e criar a reserva táctica de quatro mil homens

prometida aos aliados mas nunca estabelecida. A esta situação, ainda da responsabilidade dos Governos da União Sagrada, seguiram-se três meses de contacto com o inimigo sem que o cep fosse devidamente reforçado, por vontade de Sidónio Pais, com resultados catastróficos para o cep e, na manhã do 9 de Abril, aterradores para os Aliados. A derrota dos veteranos não terminou com os sofrimentos do 9 de Abril: à batalha seguiram-se meses empregados como tropas de segunda categoria, a quem não era confiada a defesa das trincheiras mas sim a sua construção, ou passados no cativeiro⁴². Mais felizes foram os que regressaram a Portugal durante a guerra. A chegada de navios vindos de França com soldados do cep, feridos ou doentes, foi inteligentemente explorada pelo regime sidonista. Em Março, o navio-hospital britânico *Glengorn Castle* atracou em Lisboa, com 560 homens a bordo, 350 (!) dos quais eram tuberculosos⁴³. No mês seguinte os cruzadores auxiliares *Gil Eanes* e *Pedro Nunes* trouxeram de volta 1120 homens, esperados no cais pessoalmente pelo Presidente⁴⁴. Em Maio 408 soldados regressaram a Lisboa⁴⁵, e assim foi até ao fim do conflito: 400 homens em Julho, 1379 em Agosto, 2000 em Setembro, 380 em Outubro e, por fim, 485 em Novembro⁴⁶. Sidónio Pais, sempre presente à chegada para dar as boas-vindas aos heróis, imbuía estes actos de um simbolismo especial: lentamente o cep voltava a Portugal, de onde nunca deveria ter partido, graças à acção do Presidente, ele sim preocupado com as vidas dos soldados portugueses em França.

As frustrações sentidas pelos veteranos durante a guerra juntou-se a incapacidade de falar, no pós-guerra, com uma só voz de forma a defender os seus interesses: as divisões políticas e sociais do exército – entre oficiais republicanos, sidonistas e monárquicos, e entre oficiais e soldados, a maioria dos quais não podia, devido ao seu analfabetismo, participar na vida política da nação – impossibilitou a criação de um espírito de união entre os antigos combatentes. Nunca houve em Portugal, mesmo entre os veteranos, um consenso sobre o sentido da guerra e da participação portuguesa, e essas divisões na memória colectiva dos portugueses iriam ser exploradas pelo Estado Novo para legitimar a sua existência. A postura de Salazar durante a Segunda Guerra Mundial foi em grande parte determinada pela sua leitura da intervenção portuguesa no conflito de 1914-1918 e quando após a Segunda Guerra Mundial Norton de Matos se candidatou à Presidência da República, o seu passado de intervencionista e responsável pela organização do cep foi lembrado. Costa Brochado, no seu livro *O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura*, considerou a entrada de Portugal na Grande Guerra como um «erro tremendo», atribuindo as responsabilidades da decisão ao Partido Democrático, do qual Norton de Matos era um «marechal»: «[...] Se S. Ex.^a não é o responsável pela nossa entrada nessa guerra é um dos mais responsáveis, visto ter sido ministro da guerra e marechal do partido intervencionista, sem jamais a ela se opor e antes transformando-se num dos seus maiores propagandistas»⁴⁷.

Muito mais há a dizer em relação à intervenção portuguesa na guerra. As suas origens, as suas consequências políticas, sociais, diplomáticas, a manipulação da memória da guerra pelos opositores da República: todos estes aspectos merecem mais atenção do que pode ser dada num simples artigo. O que é possível, num artigo, é o prolongamento do debate sobre a intervenção portuguesa e, através dela, sobre a Primeira República. A intervenção portuguesa é inseparável da República; foi possível apenas graças à natureza do regime. As mulheres não votavam, e continuariam a não o fazer após o fim da guerra, apesar da expansão do sufrágio feminino no continente europeu. Os analfabetos também não

votavam, apesar de constituírem a esmagadora maioria da população masculina; o resto, produto de décadas de conspiração, oposição combativa e ideologias cada vez mais extremistas, tanto à esquerda como à direita, não realizou o projecto de regeneração nacional, que tanto se discutiu desde João Franco, e que prendeu a atenção de uma geração de políticos. Para alguns, a intervenção na guerra era uma forma de tornar possível essa regeneração, começando pelo espírito nacional: forjando, através dos sacrifícios impostos pela guerra, uma nova ligação entre todos os portugueses e entre os portugueses e o regime. Podemos admitir, todavia, que a oposição à participação máxima de Portugal no conflito – uma política mais realista e prudente – se deveu também a esse desejo de regeneração.

Notas

¹ Assembleia da República (ar), Lisboa, Arquivo, cofre, Debate das sessões secretas da Câmara dos Deputados, Julho de 1917, p. 9.

² Ver Jaime Cortesão, Memórias da Grande Guerra. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, e Joaquim Ribeiro, Na guerra: Depoimento dum voluntário. Lisboa: Portugal Brasil Lda., 1919.

³ A sua unidade foi ameaçada pelo intenso debate sobre a posição a adoptar em relação à eventual participação de Portugal. Ver o debate mantido nas páginas de O Combate, Lisboa, por J. F. Alves e Manuel José da Silva.

⁴ Nuno Severiano Teixeira, O poder e a guerra, 1914-1918: Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande GuerraI. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

⁵ Boletim Patriótico da Universidade Livre. Lisboa, Julho 1917, pp. 5-6.

⁶ Diário do Governo, 28-3-1916, Lei n.º 495, Ministério da Justiça e dos Cultos: «A censura eliminará tudo o que importa a divulgação de boato ou informação capaz de alarmar o espírito público, ou de causar prejuízo ao Estado, no que respeita, quer à sua segurança interna ou externa, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar [...]».

⁷ Ver O Mundo. Lisboa, 5-11-1916.

⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa, 8-11-1916. Brito Camacho afirmaria também, sendo apoiado por Jorge Nunes e Celorico Gil, que era ridículo alegar que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha recebido informações dos aliados sobre contactos entre portugueses e alemães e não agir contra esses portugueses. Respondeu António José de Almeida: «Pergunta-nos porque não procedeu o Governo contra os agentes da desordem? Talvez porque não conviesse proceder imediatamente, desde logo, esperando-se a melhor oportunidade para se fazer então, com a indispensável força, a indispensável repressão». Essa oportunidade nunca surgiu.

⁹ O Dia. Lisboa, 7-11-1916.

¹⁰ Daeschner acrescentou que «dans le nord du pays surtout, le triomphe des républicains était due en grand partie à l'abstention des monarchistes», e essa abstenção poderia não se repetir. Ministère des Affaires Etrangères (MAE), Paris, Arquivo, Guerre 1914-1918, Portugal, Dossier général, carta, Daeschner a Briand, 3-11-1916.

¹¹ Segundo O Dia, «[o Governo] reuniu todas as classes, juntou os mais conservadores aos mais radicais, identificou na mesma aspiração os que têm ideais e até interesses opostos e hoje assiste-se em Portugal a este espectáculo nunca visto: dum lado toda a nação contra o Governo, do outro só o Governo, com a entidade que é o chefe do poder executivo – contra a nação!» O Dia. Lisboa, 13-9-1917.

¹² «[...] Os católicos, aproveitando o lance da guerra e a coberto duma hipócrita caridade, serviram-se do dinheiro obtido a título de ser para as famílias dos soldados para comprar e oferecer-lhes bugigangas e amuletos de pretos, procurando dominar pela superstição a fraqueza dos espíritos e procurando, mesmo nos campos de batalha, nas linhas de fogo, fazer da religião, não uma doutrina de elevação moral, mas simplesmente um pretexto de especulação, que seria apenas condenável se não fosse torpe».

¹³ O Século. Lisboa, 15-10-1917.

¹⁴ O Século. Lisboa, 3-10-1916.

¹⁵ MAE, Paris, Arquivo, Guerre 1914-1918, Portugal, Dossier général, 634, carta, Daeschner a Ribot, 31-5-1917.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ O Século. Lisboa, 28-10-1917. Tais previsões não estavam longe da realidade, pois que Bernardino Machado pediu a Daeschner, em Novembro, que informasse o Governo francês da gravidade da situação: Lisboa estava sob a ameaça de uma total falta de pão, estado que levaria naturalmente à violência. O Presidente da República esperava sensibilizar o Governo francês para que este, agindo junto de Londres, assegurasse um fornecimento regular de cereal para Portugal. De facto, Afonso Costa, em Paris, numa conferência económica dos países aliados, desejava comprar cereal. Segundo Daeschner, porém, os ministros americano e britânico teriam afirmado que cereais só seriam vendidos a Portugal quando se operassem melhorias significativas na distribuição e venda daquele produto essencial. Daeschner acrescentou que não via a solução para tal impasse: «Il est exact, en effet, que la farine ne paraît manquer à Lisbonne et que si le peuple n'y trouve pas chaque jour du pain noir les classes aisées y consomment journellement du pain blanc. Mais à mon avis, il y a lieu de tenir compte du fait qu'un Gouvernement portugais aura difficilement l'autorité ou les moyens suffisants pour assurer l'application d'une réglementation alimentaire quelconque et la situation est sérieuse». MAE, Paris,

Arquivo, Guerre 1914-1918, Portugal, Dossier général, 635, telegrama, Daeschner ao MAE, 26-11-1917.

¹⁸ O melhor exemplo desta campanha insultuosa foi o terrível Rol da Desonra, no qual políticos e filhos de políticos Democráticos em França eram alcunhados de «caxapim» – soldados e oficiais que não corriam perigo por se encontrarem longe da linha da frente: «Tendo porém recebido o “beijo de Marte”, Deus da Guerra, revestiu o bicho caxapim uma farda, arranhou uma nomeaçãozinha apropriada, criou muita proa e, de braçal no braço veio fazer a guerra sentado à sua mesa na sua repartição, ou percorrendo as estradas de França em veloz automóvel.

E ao ter notícia dos longínquos acontecimentos trincheirais, pergunta logo quantos oficiais morreram e declara sentenciosamente ser preciso que muitos morram, para patentear bem fundamente o sacrifício português. Caxapim, porém, é prudente, e por isso vai deixando essa gloriosa tarefa para os outros, guardando-se ele com as suas palmas de estado-maior, ou o seu atestado de filho família, de revolucionário civil, ou de político feliz, no nichozinho bem quente, forrado de penas e de algodão, que lhe arranhou a paternal benevolência do sr. Norton de Matos».

¹⁹ «Milhares de homens portugueses estão nesta hora de tragédia afastados da Pátria, longe dos seus afectos, longe do recanto abençoado da terra que nenhuma iguala, defendendo a honra e o futuro de uma raça [...] Mas a secundar a sua obra, poucas são ainda as mulheres que se encontram a trabalhar, sem a necessidade esmagadora da fome, com a ideia alevantada e altiva de lhes entregar uma Pátria redimida, digna do seu esforço e da sua heroicidade». Ana de Castro Osório, *Em tempos de guerra. Aos soldados e às mulheres do meu país*. Lisboa: Ventura & Cia, 1918, pp. 71-72.

²⁰ Osório, op. cit., pp. 39-40.

²¹ «Apavoradas pela maledicência ambiente, aterrorizadas pela luta prevista, dentro da própria família, às primeiras palavras de individualismo consciente, paralisadas pela má vontade, claramente expressas contra todos os actos e todas as palavras que denotem a aspiração duma independência que faz prever uma concorrente [...]». Osório, op. cit., pp. 110-111.

²² Arquivo Nacional (AN), Lisboa, Ministério do Interior (MI), Direção Geral da Administração Política e Civil (DGAPC), maço 76, 1917, telegrama, Governador Civil de Beja ao MI, 20-6-1917.

²³ AN, Lisboa, MI, DGAPC, maço 78, 1917, carta, administrador municipal de Lamego ao Governador Civil de Viseu, 26-11-1917. Segundo este mesmo documento, «actualmente não há aqui respeito algum pelas autoridades, nem pelos funcionários públicos. As classes operárias, por mercê duma miserável propaganda, feita tendenciosamente e em liberdade pelos inimigos das instituições [...] arguem as autoridades e os funcionários públicos de serem a causa da alta de preços dos géneros alimentícios. E é vulgar e vê-se até diariamente juntarem-se aos magotes pessoas fazendo provocações a quem passa e provocando continuamente desordens».

²⁴ A Greve. Lisboa, 12-8-1917.

²⁵ O Combate. Lisboa, 16-9-1917.

²⁶ MAE, Paris, Arquivo, Guerre 1914-1918, Portugal, Dossier général, carta, Daeschner a Ribot, 4-9-1917. Ver também O Dia. Lisboa, 13-9-1917, segundo o qual o Governo se tinha posto «em guerra contra os reclamantes, muitos dos quais fizeram o 5 de Outubro e o 14 de Maio e assim não podiam ser apodados de inimigos do regime, vendidos ao ouro inimigo, o que não obstou a que uma nota officiosa se afixasse nas esquinas dizendo que o seu movimento é pago pelo ouro alemão».

²⁷ Sidónio Pais, Um ano de ditadura: Discursos e alocações de Sidónio Pais, editado por Feliciano de Carvalho. Lisboa: Lusitânia Editora, 1924, p. 13.

²⁸ Pais, op. cit., p. 60.

²⁹ Pais, op. cit., p. 84. Os seus apoiantes iriam levar mais longe esta ideia. O jornal sidonista O Norte (Braga) descreveu Sidónio Pais como «uma dessas figuras que o Destino marcou para surgirem nos momentos decisivos da história de um povo, para o salvar e o redimir». O Norte. Braga, 29-4-1918. Tais elogios continuariam para lá da sua morte; segundo João de Castro, autor da introdução à colecção de discursos de Sidónio Pais, «Sidónio Pais surgiu como um enviado de Deus, herói libertador da demagogia antinacional, messias do nosso sentimento, esperança da salvação sempre afastada pelos estrangeiros de dentro das fronteiras». João de Castro, «Sidónio Pais e o messianismo ditatorial», introdução a Pais, op. cit., p. 9.

³⁰ João Medina, Morte e transfiguração de Sidónio Pais. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 15.

³¹ MAE, Paris, Arquivo, Europe 1918-1929, Portugal, 15-16, carta, Daeschner a Pichon, 28-12-1918.

³² MAE, Paris, Arquivo, Europe 1918-1929, Portugal, 15-16, carta, Bernard ao Ministério da Guerra, 21-12-1918.

³³ Ver o discurso de Tamagnini Barbosa nas sessões secretas da Câmara dos Deputados a 17-1-1917: «[...] Os postos de socorro que, segundo creio, apenas foram estabelecidos em Mocimboa e Kangadi, não dispunham de pensos esterelizados nem da necessária ferragem cirúrgica! Para as ambulâncias escolhiam-se, por vezes, locais expostos e impróprios pois até se chegou a instalar uma, quando da passagem do Rovuma, a trinta metros de uma bateria de artilharia que protegia a referida passagem e em local de constante trânsito de forças, viaturas, etc.

O Sr. Tomás Rosa (interrompendo) – Afirma-se que um parlamentar alemão recomendou ao nosso comando o deslocamento dessa ambulância para local afastado das posições de combate das nossas forças!

O orador – Também ouvi referências a esse caso. Enfim, tudo se fez pela forma que acabei de expor, em colunas de operações cujo estado sanitário era desgraçado, como se prova dizendo-se que: de uma companhia do 21 de Infantaria, mandada por castigo e chegada à África Oriental em fins de Setembro, em meados de Janeiro, um terço do efectivo estava absolutamente incapaz de qualquer serviço e o restante com acessos palucres (?) constantes; que de três baterias de montanha, 51 por cento dos seus efectivos baixaram aos hospitais com doenças que obrigaram a convalescenças médias de dez dias; e, finalmente, e ainda há pouco tempo, que um batalhão do 31 de Infantaria, ao fim de quinze dias de estar em África, teve quinhentos homens inutilizados como tuberculosos, sífilíticos, etc., vendo-se o Governador na necessidade de narrar o facto para o Ministério, num telegrama, pedindo providências para maiores rigores nas inspecções médicas, aqui na metrópole, antes da partida dos contingentes expedicionários! Quem responde por estes desleixos e crimes? De quem é a culpa nas dificuldades, por vezes notadas em África, para a repatriação urgente de doentes graves?»

³⁴ Outra das primeiras acções de Sidónio Pais após o seu golpe de Estado foi a publicação dos relatórios oficiais dos comandantes das expedições africanas. Uma onda de indignação percorreu a imprensa monárquica após esse gesto. Segundo O Dia, «de todos os crimes ainda os mais repelentes que os ídolos desta República tenham praticado, quer os que andam já no domínio público, quer os que ainda não se conhecem, nenhum, absolutamente nenhum pode igualar-se ao que está patenteado no relatório do Sr. General Ferreira Gil, sobre a expedição a Moçambique [...] tudo faltava! Tudo: a artilharia, as munições, as próprias companhias indígenas, os cavalos e as muares, até os arreios, que tinham caído ao mar [...]». O Dia. Lisboa, 22-12-1917.

³⁵ A Guerra. Lisboa, Junho de 1926. A estatística do cep mostra que, ao todo, aquela força perdeu, em combate, 25 oficiais, 35 sargentos e 856 soldados, aos quais se devem juntar outro oficial, dois sargentos e 58 soldados mortos por gases venenosos. No último dia da guerra havia ainda 29 oficiais, 115 sargentos e 1050 soldados desaparecidos. Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, caixa 464, CEP, Direcção de Serviços de Estatística, Mapa de Perdas, Morte – 30-11-1918.

³⁶ Ver, por exemplo, a insistência da Liga dos Combatentes na transformação do 9 de Abril num feriado nacional, em A Guerra. Lisboa, Abril de 1931.

³⁷ Nas palavras de João Ferreira do Amaral, «Sidónio Pais, que era um valoroso, foi desde 5 de Dezembro de 1917 até 13 de Dezembro de 1918 um parapeito por detrás do qual se abrigou sempre quem tinha medo de ir para França». João Ferreira do Amaral, A mentira de Flandres... e o medo. Lisboa: J. Rodrigues da Silva, 1922, p. 363.

³⁸ Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, caixa 1268, telegrama, Tamagnini d'Abreu ao Ministério da Guerra, 14-3-1918. Tamagnini e o seu comando não ignoravam o estado de espírito das tropas: a seguinte passagem é extraída de uma carta anónima que lhe foi endereçada por um soldado: «Meu General vou lhe participar neste papel este aviso sómentes para lhe contar a tristeza i o abandono dos nossos soldados que se encontrão em França combatendo sentence áo abandono nesta

situação em não terem o mesmo que os outros soldados porque sará? é pelo nosso Réles comando Mas pergunto e se nos não temos licença Mas veja bem se quer ficar sem os seus soldados Eu estou siente de que a primeira devizão que tem Moita Razão para que lavrarem o que lhe pertence estou conbencido que Vss Ecxça que tara o disgosto de um dia ve a soa devizão pelo lado do Inemigo Estou vendo a Razão todos os soldados que o Má Governo Português estão vendo uns padecendo e outros não vós pençai que os soldados não entendem a Razão pois eu tenho visto que eles entendem melhor que quem manda pois veja bem se tem mais gosto as mandar Portugal a de os ver ir para Alemanha». AHM, Lisboa, 1.a Divisão, 35.a Secção, caixa 85, carta anónima ao Ex.mo Sr. General Tomagnim (sic).

³⁹ «Não é segredo para ninguém que bastas vezes, quando algum soldado se lamentava, em conversa nas linhas [...] dos riscos que estavam todos correndo, um ou outro oficial que passava parava e dizia-lhe em tom irritado:

– É bem feito, meu filho da p...! Porque é que não desertaste? Porque é que te apresentaste para vir? Agora lixa-te. E com muita sorte andarás tu e todos se não deixarem cá o canastro! Era bem feito!». João Ferreira do Amaral, op. cit., p. 178.

⁴⁰ João Ferreira do Amaral, op. cit., p. 367.

⁴¹ AHM, Lisboa, 1.a Divisão, 35.a Secção, caixa 1268, carta, General Tamagnini d'Abreu ao chefe da repartição do gabinete da Secretaria da Guerra, 16-1-1918.

⁴² Segundo os documentos do cep, havia, no fim da guerra, 3138 prisioneiros de guerra portugueses na Alemanha – 259 oficiais, 171 sargentos, e 2753 cabos e soldados. O contraste entre o número de oficiais prisioneiros, que incluía dois coronéis, quatro tenentes-coronéis, e dez majores, e o número, já citado, de oficiais mortos em combate (que, nos documentos do cep, e em relação a oficiais superiores, apenas incluía dois majores) levanta dúvidas, numa primeira leitura, sobre a vontade de resistir de grande parte do exército durante a batalha do Lys.

⁴³ O Século. Lisboa, 11-3-1918.

⁴⁴ O Século. Lisboa, 11-4-1918.

⁴⁵ O Século. Lisboa, 22-5-1918.

⁴⁶ O Século. Lisboa, 30-7-1918, 26-8-1918, 9-9-1918, 13-9-1918, 4-10-1918 e 24-11-1918.

⁴⁷ Costa Brochado, O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura. Lisboa: Portugália Editora, 1949, pp. 19-20.